

A Universidade e seu papel na construção de valores democráticos: experiências e práticas em cursos de Administração Pública na UDESC

Daniel Moraes Pinheiro¹

Danilo Melo²

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke³

Resumo

Este texto faz parte de um esforço de refletir sobre possíveis relações entre universidade e democracia, apresentando contribuições sobre o papel da universidade pública para construção de valores democráticos a partir de duas experiências de ensino-pesquisa-extensão em uma universidade estadual. A crise da democracia parece se entrelaçar com a crise da própria universidade pública e passa por diversas dimensões: confiança, credibilidade, legitimidade, representatividade. Dentre os diversos atravessamentos destacamos nessa dinâmica, levando a sério o questionamento no que cabe para reflexão ao processo de produção de conhecimento e de formação, citamos dois: o encastelamento e a reprodução de dinâmicas pouco abertas às realidades vividas e os desafios à linguagem e à comunicação. A partir dos dois relatos de experiências de ensino-pesquisa-extensão identificamos algumas possibilidades e uma série de desafios à consolidação e fortalecimento do papel da universidade na construção de democráticos, que passam pela formação tecnicopolítica e pela produção de conhecimento engajado.

1 Universidade do Estado de Santa Catarina daniel.pinheiro@udesc.br

2 Universidade do Estado de Santa Catarina danilo.melo@udesc.br

3 Universidade do Estado de Santa Catarina luiz.reinecke@udesc.br

INTRODUÇÃO

É fato conhecido no Brasil que, nos últimos anos, a ciência sofreu ataques. Essa crítica à ciência passa também pela crítica às próprias universidades públicas que lideram a pesquisa no país e aos seus membros, colocando em questão credibilidade e confiança quanto à formação e contribuição frente à sociedade. Sabemos que o papel perante a sociedade brasileira, especialmente, na formação crítica e política e na produção de uma ciência que faça sentido para a sociedade é indiscutível, liderando rankings e mesmo frente aos cortes participando da produção científica nacional.

Percebemos uma difícil compreensão da importância da ciência, da produção acadêmica e do trabalho intelectual, na sociedade, para a qual a Universidade tem um papel constante, e importante. Dentre eles, destacamos a formação para a educação, assim como a capacidade de impacto social e econômico, para a inovação tecnológica, bem como, importantes avanços científicos. Este texto parte de um esforço de apontar algumas possíveis relações e contribuições sobre o papel das universidades para a democracia a partir de relatos de professores e coordenadores de projetos de pesquisa e programas de extensão universitária.

Segundo Buarque (2008, p.73) “O desafio da universidade para as próximas décadas é maior do que mudar, é evoluir. Maior do que reformar, é inventar. Mais do que se ajustar aos tempos atuais, ela precisa inventar uma instituição nova, tão diferente da atual quanto ela foi dos conventos nos tempos da sua origem”. Tem-se, portanto, uma Universidade que precisa compreender-se e compreender o que a sociedade quer dela e entende sobre ela, e para isso, precisa de um repensar constante.

A Universidade, constituída ao redor do ensino, da pesquisa e da extensão, vai além da sala de aula e do potencial de formação de uma camada social e que apenas signifique para a sociedade números positivos de escolarização ou de criação de mão-de-obra com ensino superior. Para um impacto crítico e reflexivo, a tríade ensino-pesquisa-extensão pode contribuir significativamente em uma dinâmica de formação, produção de conhecimento e comunicação aberta com a sociedade que passa a produzir resultados significativos, a partir do momento em que a ação de docentes, discentes e corpo técnico-administrativo passa a interagir, cada vez mais, com o seu entorno.

Assim, a Universidade tem um papel político fundamental, perante a sociedade, especialmente no ato de produzir conhecimento. O fazer científico em um ambiente democrático permite a capacidade de espalhar e refletir valores

na interação com a comunidade. Cabe refletir, então, sobre como esses valores atravessam experiências concretas. Aqui, não se estabelece uma democracia com apenas uma ideologia ou crença, e sim, como liberdade de escolha democrática, inerente ao próprio fazer científico. De acordo com Simon Schwartzman:

Chamar atenção para o aspecto político da ciência, por exemplo, significa apostar na ideia de que a busca de conhecimento superior não é um simples mecanismo cego que responde a processos autônomos e não controlados de crescimento histórico, mas algo que tem uma potencialidade de liberação humana e que merece, sempre, ser buscado e incentivado. Nesse sentido, a atividade científica e a liberdade intelectual merecem e necessitam ser defendidas e estimuladas o que não significa, obviamente, que não exista um amplo espaço para escolhas, preferências e opções. (2008, p.6)

Logo, defende-se que a Universidade, como espaço democrático de produção científica, tem um grande potencial de impactar positivamente nos diversos setores da sociedade. Em sendo assim, a produção e reflexão acerca de valores políticos e democráticos encontraria igual ressonância em processos de amadurecimento da cultura política da população. Ou seja, dando significado e desmistificando a política, mas indo além de uma transmissão de valores, por meio de espaços e experimentações que permitiam sua própria ressignificação. Buarque (2008) argumenta, no entanto, que, nos dias atuais, a Universidade tem se constituído em espaço de desigualdades e de práticas antidemocráticas, no sentido social.

Deste modo, pretendemos neste artigo discutir, do ponto de vista do ambiente democrático e da importância de construção de valores democráticos na sociedade, o papel da Universidade, a partir da compreensão das possibilidades de construção de significado social e político para a sociedade a partir de experiências e práticas que deem um sentido político ou de formação cívica e educação política à sociedade. Assim, colocamos em tela relatos de casos para refletir sobre a Universidade como espaço democrático para a formação e consolidação de valores democráticos para a sociedade.

Neste artigo, discutiremos brevemente os desafios da Universidade como espaço de produção do conhecimento político, não apenas em seus intramuros, mas na sua capacidade de educação cívica e política na, para e com a sociedade, apresentando experiências de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas nos últimos anos em cursos de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Trata-se das experiências em Balneário Camboriú, com o Projeto Vereador Por um Dia, e das experiências de ensino, pesquisa e extensão no Programa de Educação e Cultura Política, em Florianópolis. Nos casos

expostos, analisaremos como a partir das práticas de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade pode alcançar elementos fundamentais de consolidação democrática, por meio de experiências que promovam a educação política, a cidadania e os valores democráticos, seja para alunos, seja para a comunidade de entorno da Universidade, seja na produção acadêmica.

Na primeira seção discutiremos brevemente o papel da Universidade em relação à democracia e à política. Em seguida, trataremos dos casos, como experiências que permitem refletir sobre as práticas democráticas e alguns desafios no fortalecimento do papel político da Universidade.

UNIVERSIDADE, DEMOCRACIA E POLÍTICA

Giroux (2010) apresenta a universidade democrática como referência ética frente aos desafios da educação superior em nosso tempo. O autor destaca, especialmente, sua importância para uma formação cidadã e crítica, para além a instrumentalização e imediatismo, e acessível a todos com metodologias e processos estimuladores de formação, enfrentando tanto a reprodução das desigualdades, quanto a precarização do trabalho docente. A partir dessa referência ética, resgatamos, a partir de uma perspectiva processual, a importância de um olhar para a construção da universidade em ação.

Poderíamos dialogar sobre os desafios institucionais, das questões de financiamento e acesso ao ensino superior (FONSECA, 2018), da participação e dos arranjos de governança nas universidades e sua autonomia por uma perspectiva jurídica, mas, para refletir a partir de um deslocamento das lentes teóricas tradicionais. A partir da provocação de Boaventura de Souza Santos em “Da ideia de universidade a universidade de ideias”, em que o sociólogo apresentar as crises enfrentadas pela universidade nos anos 1990, que incluíam as crises de hegemonia, de legitimidade e institucional (SOUZA SANTOS, 2011), refletimos sobre o a importância e conexão da crise da universidade e da própria democracia, apresentando formas possíveis de estudar essas questões.

O questionamento das universidades e da ciência, se por um lado apresentam os desafios de comunicação das instituições com relação à sua relevância e função, por outro lado pode representar um desafio societário na própria construção da democracia. Mais do que lançar o olhar para o processo de enfraquecimento e para a própria crise e crítica às universidades, o que pretendemos neste texto é apresentar criticamente as relações em torno da universidade como possibilidades de (form)ação democrática.

Não existe Democracia, diz um sem-número de teorias e reflexões, se não estivermos preparados formalmente para o seu exercício. Isso significa que de distintas formas temos que encontrar maneiras de educar cidadãos e cidadãs para o convívio em sociedade. Isso transcende o voto, mas o inclui. Isso envolve ações desafiadoras e complexas. Vai de uma transformação cultural, sobretudo numa sociedade que se acostumou a repetir, sem pensar, que “política não se discute”, até a preparação de professores para a disseminação de conteúdos estratégicos de forma condizente ao respeito à pluralidade de ideologias, partidos e pensamentos. Isso não é tarefa fácil, e não à toa, historicamente, nos vemos diante de mais de um século de História. (SANTOS; DANTAS, 2021, p. 11)

Como pressupostos, argumentamos, partindo da noção pragmatista de John Dewey, que a experiência educativa implica os sujeitos nos processos de aprendizagem, e, desse modo, apresenta um nexos profundo entre educação e democracia (BRANCO, 2010) e que a implicação dos públicos e comunidades concernidos é essencial. Dito de outro modo, além de ultrapassar a noção conteudista e uma visão produtivista para atender rankings internacionais, é necessário se reconectar às questões locais e pluralizar a perspectiva da relevância. Para além do encastelamento, das ilhas de conhecimento, é essencial pluralizar os espaços e os atores que participam desse processo.

A universidade tem sido posta em questão com relação à noção de “bem’ que agrega valor e promove o crescimento e desenvolvimento da sociedade” (PANIZZU, 2018, p. 70). Poderíamos aprofundar historicamente sobre os objetivos da formação ao longo do tempo e das justificações em torno da universidade. Se durante certo período, a formação das elites e a alta cultura passavam pelas universidades, no contexto atual, a formação mais técnica para atender mercado tem estado na ordem do dia. Mas sem entrar numa oposição entre formação para elite e formação para mercado, cabe refletir é sobre a reprodução de valores que desafiam a própria democracia. Dito de outro modo: em que medida a universidade pode contribuir para a democratização do conhecimento e para a própria democracia?

É possível vislumbrar, ainda, desafios democráticos na construção dos processos de ensino-aprendizagem, nas formas de ingresso e na pluralidade de públicos, na autonomia e financiamento das universidades, na produção e disseminação do próprio saber científico, atentando-se também para as consequências dessa ação no espaço público.

Argumentamos sobre a importância de um conhecimento aplicado e implicado, o que não separa a dimensão intelectual daquela operacional e técnica, mas as ressignifica para um público, ou seja, para a solução de problemas das comunidades. Destacamos, ainda, que não estamos propondo aqui “a respostas”, o que seria simplista e reducionista, mas procuramos apresentar as possibilidades e os desafios para consolidação da universidade como espaço democrático e para a própria democracia. Assim, lançamos a atenção a dimensões e leituras de democracia mais próxima aos sujeitos.

É preciso, como já nos apontaram os contratualistas clássicos, que pensemos a universidade como um locus privilegiado da democracia, onde deve imperar a liberdade de pensamento, a igualdade de condições e de decisão em seu interior, sem esquecer, todavia, seu fim último – formar cidadãos e profissionais aptos a pensar e repensar a sociedade em prol do bem comum e do desenvolvimento de condições que permitam à humanidade avançar em direção ao futuro (PANIZZI, 2009, p. 74)

Partindo da noção pragmatista de democracia em John Dewey, é necessário priorizar o aprender-fazendo, a interconexão teoria-prática e vida-experiência-aprendizagem (SCHMIDT, 2009). O filósofo da democracia, como intuiu Anísio Teixeira na apresentação da obra do filósofo pragmatista, entendia a democracia como mais do que uma forma de governo, e, sim, como “uma forma de vida associada” (SCHMIDT, 2009, p. 40).

A universidade, nessa perspectiva, precisa estar continuamente atenta aos novos problemas e participar das soluções, pluralizando caminhos e interações nesse processo. Parece-nos, assim, que isso passa por uma reflexão ativa sobre a experiência de aprendizagem em sala de aula, sobre os espaços colegiados e arranjos de decisão, e, sobretudo, sobre as fronteiras e limites da universidade para fora (de quem? para quem?). Nesse sentido, a tríade ensino-pesquisa-extensão pode se constituir enquanto processo de expansão de um espaço reflexivo de transformação. Mas mais do que apontar para um desenho/modelo, o que seria mais uma vez uma saída simplista, argumentamos que se trata de qualificar as dinâmicas e as experiências. A qualidade de qualquer experiência para Dewey (1979, p. 16) apresenta dois aspectos: “o imediatismo de ser agradável ou desagradável e o mediato de sua influência sobre experiências posteriores”.

Com relação aos efeitos da experiência, é necessário retomar os desafios atuais. Cristovam Buarque disserta sobre os desafios democráticos às universidades:

O desafio da universidade para as próximas décadas é maior do que mudar, é evoluir. Maior do que reformar, é inventar. Mais do que se ajustar aos tempos atuais, ela precisa inventar uma instituição nova, tão diferente da atual quanto ela foi dos conventos nos tempos da sua origem. Razões que exigem essa evolução:

- a) a velocidade com que as ideias evoluem, dentro de cada área do conhecimento, e na criação e superação de outras;
- b) a ocorrência da revolução da teleinformática oferecendo instrumentos nunca antes imaginados de como espalhar o conhecimento;
- c) a velocidade com a qual o conhecimento se espalha no mundo diretamente, sem necessidade da intermediação da universidade;
- d) o isolamento da universidade em relação às massas pobres, hoje excluídas da modernidade, por uma “cortina de ouro” que impõe um sistema de apartação;
- e) a globalização e como a economia, o saber e a cultura se interligam internacionalmente, instantaneamente. (BUARQUE, 2008, p. 73).

Desta forma, parece-nos não apenas desafiador, mas essencial empreender processos de reflexão, assim como tentamos fazer, das próprias práticas e de valores internos da Universidade. Em analogia ao título clássico do Norberto Bobbio, cabe um exercício de reflexão sobre o Futuro da Universidade. E talvez, o futuro esteja na busca pelo reencontro com uma Universidade compreendida como espaço múltiplo, diverso, democrático e inclusivo. Estaria a Universidade preparada para o futuro e para ação política? Em que medida as experiências de ensino-pesquisa-extensão permitem qualificar e consolidar ambiente propício para o desenvolvimento de valores democráticos?

Com relação à dimensão da ação política e do comportamento político dos estudantes, Costa et. al afirmam:

[...] Parece-nos óbvio que, ao buscar desenvolver um conhecimento científico da realidade nacional, a universidade capacita o estudante para a vida política na medida em que o prepara para entender e escolher conscientemente as alternativas políticas que melhor pareçam adequar-se a esta realidade. (COSTA, 1994, p.18-9)

Deste modo, é preciso entender que, o estudante universitário, ator fundamental neste processo de ação política e democrática na Universidade, está imerso num contexto, interno, que pode ou não incentivar a sua participação e engajamento político, a partir de alternativas e ofertas que lhe façam sentido

para tal, bem como fazem parte de uma sociedade, de um contexto nacional, que também se torna ambiente de sua convivência política e sua capacidade de ação democrática. Estudos como o de Monteiro (2007) vão ressaltar, por exemplo, a relação da Universidade com a cultura política, e observa o comportamento do jovem, dentro de uma instituição, em relação ao sistema político que o cerca.

Da mesma forma, professores e todo o corpo administrativo que constituem no espaço da Universidade, são vetores fundamentais do sistema de forças que podem ou não permitir práticas democráticas, experiências políticas ou vivências e convivências com valores cívicos. Cria-se na Universidade, a partir de suas práticas, estruturas, regramentos e mecanismos de controle, um ambiente, muitas vezes desigual, que somente simulam práticas exteriores de desigualdade, que servem para “criar e manter privilégios” (BUARQUE, 2008). Esta é uma reflexão necessária, pois, os valores e práticas internas, podem não fazer sentido, quando estabelecidos em um espaço que traz um simulacro das distinções sociais e, assim como argumentamos no início do trabalho, só tendem a afastar a sociedade, criando uma visão de uma Universidade distante e, de certa forma, enfraquecendo seu papel democrático.

Em tese, se em suas estruturas tem-se um aparato burocrático que, historicamente, passe a distanciar professores, técnicos e alunos de práticas democráticas, e que não incentivam valores cívicos e uma formação política sólida, isto ocasiona um aprisionamento dos sujeitos em relação às possibilidades de ação. Para Cristovam Buarque:

A universidade de hoje aprisiona cada um de seus membros em seu departamento, isolados do pensamento livre. Deixou de ser um centro de reflexão livre, de ação intelectual no sentido amplo. E se aprisiona na nova ortodoxia do “fim da história”, fazendo do universitário um privilegiado no acesso aos bens e serviços do primeiro-mundo-internacional-dos-ricos, criando na comunidade uma maneira de pensar sem contestação. Passou a criar um pensamento único que recusa todas as formas alternativas de pensar, sentir, projetar. (BUARQUE, 2008, p.72)

É neste contraponto que observamos a necessidade de se discutir, neste trabalho, como são apresentadas, então, as oportunidades, que quebram estas formas de aprisionamento, e que demonstram certa evolução, em relação às estruturas e práticas tradicionais, e envolvem mecanismos que, em última instância, não apenas promovam a participação e o engajamento político, mas também seja frutífero para a comunidade, como experiências de educação cívica, bem como

para os próprios estudantes e, porque não dizer, para a ciência, como prática política e democrática.

Costa et. al (1994), ainda, observam elementos de incentivo à participação, no ambiente universitário. Suas hipóteses de trabalho foram:

- a. A participação curricular tem uma fraca relação com o conjunto de índices que avaliam o comportamento político-eleitoral dos estudantes.
- b. Os diversos índices de participação extra-curricular (participação nas atividades de extensão, nos órgãos decisórios da universidade e no movimento estudantil) têm uma clara relação com o comportamento-político eleitoral. Os estudantes que mais participam das atividades extra-curriculares são os que apresentam os índices mais elevados de participação política.
- c. A participação extra-curricular está ligada ao desenvolvimento de atitudes políticas, apresentando os alunos que mais participam destas atividades uma maior valorização de critérios mais politizados para a escolha eleitoral e uma maior politização.
- d. Os alunos com maior participação extra-curricular são os que mais reconhecem e valorizam o papel da universidade como formadora do comportamento político. (COSTA et. al 1994, p.19-20)

Muito embora os autores tratem no estudo, prioritariamente, da participação política a partir do olhar para os movimentos estudantis, é importante estabelecermos que, este é um dos elementos que tornam visíveis o engajamento e práticas institucionalizadas da política na Universidade. Costa et. al (1994) reconhecem a dificuldade, nas conclusões, de avaliar de fato como a Universidade impacta no comportamento político.

E, portanto, nossa escolha de um olhar a partir das práticas e experiências que se institucionalizam na dicotomia curricular *versus* extracurricular, mas num olhar integrativo, possa fazer sentido. Nas duas próximas seções, nos dedicaremos a apresentar os casos que demonstrem experimentação, e que façam sentido em contribuir para refletir sobre contribuições e desafios na reconstrução da Universidade como espaço democrático e de promoção da democracia.

DEMOCRATIZANDO OS PARLAMENTOS: A Experiência do Vereador Por Um Dia

A atividade Vereador por um Dia, é um projeto desenvolvido que integra o ensino e a extensão universitária no curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) de Balneário Camboriú. É uma atividade de ensino realizada desde 2017 no curso de Administração Pública e em 2018, com a criação do LISS Controle Social – hoje Laboratório de Participação e Controle Social -, foi incorporada como uma ação do programa de extensão⁴.

Nessa atividade, os alunos se organizam em duplas, sendo um vereador e um assessor, elegem a mesa diretora, as lideranças de governo e da oposição, e organizam as comissões legislativas permanentes. O projeto atualmente é composto por 10 atividades, no qual cada Vereador Por Um Dia (acadêmico) desenvolve um perfil público, ao menos uma proposição legislativa, um texto de exposição/defesa da sua proposição e participa de uma reunião ordinária simulada na Câmara. Para aproximar o máximo do processo legislativo real, as proposições são desenvolvidas e tramitadas nas comissões permanentes, que seguem procedimentos similares ao que o ocorre na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, visto que se utiliza como guia a Lei Orgânica Municipal de Balneário Camboriú e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú (UDESC, 2022).

Desde a sua criação em 2017, a atividade Vereador por um Dia vem sendo executada pelas turmas da 4ª fase do curso e atualmente está em sua 12ª legislatura. Nesses mais de cinco anos de atividades, foram envolvidos o total de 84 estudantes como Vereadores Por Um Dia - totalizando 169 participantes, 74 proposições legislativas foram propostas até este momento, entre elas: emendas a lei orgânica, projeto de lei complementar, projeto de lei ordinária e resoluções.

A fim de dar transparência às ações realizadas durante toda a atividade, bem como monitorar o impacto das postagens e servir como repositório criou-se inicialmente um blog⁵, disponibilizado online o perfil de cada vereador, bem como suas propostas de proposições. O blog permite também inspirar outras

4 Programa Coordenado pelo Prof. Luiz Filipe Goldfeder Reinecke. Na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) há o Programa de Apoio à Extensão e Programa de Incentivo à Creditação da Extensão Universitária (PAEX-PROCEU). Bianualmente via edital, dispõe-se de recursos financeiros da própria universidade para as ações de extensão em concorrência global. As ações podem ser submetidas em projetos, cursos, eventos, prestações de serviços ou quando mais estruturadas (compostas de três ou mais atividades) são denominadas de programas.

5 Disponível em: <https://vereadorporumdia.blogspot.com>

instituições de ensino interessadas em replicar a iniciativa. Além disso, qualquer cidadão pode acessar o blog, comentar, sugerir melhorias e compartilhar em redes sociais, os conteúdos ali postados, permitindo que o próprio legislativo interaja e acompanhe repercussão das propostas da atividade simulada.

A criação do blog, deu-se em abril de 2017, e até outubro de 2022 contou com mais de 29 mil acessos e houve um total de 128 postagens, sendo as mais relevantes:

Quadro 1 - Postagens com mais acessos no Blog Vereador Por Um Dia

Ranking/Título da Postagem	Autoria	Acessos	Comentários
1. Inclusão do dia LGTT em Balneário Camboriú	Karoen Mello	755	4
2. Troca da leitura da Bíblia pela Constituição no Legislativo	Marcos Borges	586	6
3. Obrigatoriedade de Ensino Superior para cargos comissionados	Mauro Riquelme	570	47
4. Ausência de estacionamento público	Juliana Camargo	561	23
5. Oficina de formação em Economia Solidária	Alexandre Vieira e Vinícius Ikeda	482	9

Fonte: Blog Vereador Por Um Dia (2022)

O encerramento da atividade acontece na câmara municipal de Balneário Camboriú, com a simulação de uma seção ordinária, em que as proposições elaboradas durante toda a atividade são discutidas para sua aprovação ou não. Esse processo formativo coloca o estudante como ator central e nessa etapa, o acadêmico vivencia a realidade do legislador e se coloca como o representante do município, assumindo a responsabilidade exercida pelo vereador e sua equipe no processo legislativo.

Em relato, a acadêmica Rafaela Dalago, vereadora na 1ª legislatura, registrou:

Prática sempre mostra que há algo a aprender [...] a partir do momento em que se é um representante, é preciso pensar no que tem que ser feito para melhorar a vida das pessoas. Melhorar a vida das pessoas é olhar os detalhes, pensar e fazer de um jeito que beneficie a todos (UDESC, 2022).

Essa experiência permite, então, num espaço simulado, que os estudantes de administração pública ocupem o espaço do legislativo municipal e que o legislativo e a comunidade interajam com a própria universidade. Numa perspectiva de educação política, a atividade representa a abertura do parlamento.

A ideia é que seja uma via de mão dupla. Quanto mais pessoas compreenderem o papel do Poder Legislativo, maior a necessidade de o Legislativo se adequar à sociedade, ser mais transparente e envolver os cidadãos. Por outro lado, as pessoas devem sentir-se corresponsáveis pela coisa pública sendo propositivas, ou seja, buscando o Legislativo (UDESC, 2022)

Uma série de passos foram dados para consolidar a institucionalizar o projeto, como a apresentação de proposta de resolução para instituição do Programa Vereador Por Um Dia pela Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, a parceria com a Escola do Legislativo, a mentoria de vereadores e a replicação da experiência com outros professores da UDESC.

A proposta de resolução, por exemplo, visava a criação de um programa que a Câmara de Vereadores, via Escola do Legislativo, para criar editais em que universidades pudessem realizar as atividades de formação nos moldes do Vereador Por Um Dia com suas turmas de acadêmicos ou mesmo propor para outros públicos via extensão universitária, a exemplo de conselhos municipais, associações de moradores, entre outros.

O ano de 2020 iniciou com *lockdown* e pandemia, que trouxeram impactos também ao projeto. Iniciamos a realização das sessões ordinárias do projeto no formato online, devido a indisponibilidade da realização das atividades presenciais na câmara de vereadores. As quatro legislaturas de 2020 e 2021 foram realizadas em sala de aula e finalizadas com sessões ordinárias online. O uso do blog e da realização da sessão ordinária no formato online demonstrou que a atividade era adaptável ao período de excepcionalidade, ao mesmo tempo apresentou os desafios e necessidade de aprofundar em ferramentas e metodologias que ampliassem a participação e engajamento.

Assim, estabelecemos nova parceria com a Priorize, plataforma para escuta e priorização coletiva de percepções, e no início de 2022 foi iniciado o desenvolvimento de uma nova interface digital do projeto, já com um novo domínio⁶. A plataforma foi desenvolvida junto ao CEO da Priorize, André Leirner, e com base na interface do Priorize desenvolvida para outras experiências, como Rio Doce (ES) e Rio Paraíba do Sul (SP), permite participação de usuários. Assim, com a plataforma, o blog passou para uma mídia social, na qual além das postagens e discussões acerca das legislaturas e dos problemas ou soluções (proposições) dos seus mandatos, das proposições que estão em tramitação, poderia integrar e pluralizar usuários para discussões por meio das chamadas “Mesas de debate”.

6 <https://www.vereadorporumdia.com.br>

Outra inovação foi a inclusão da possibilidade de interação do tipo *Wiki* das proposições legislativas no item “Foro de Propostas”. A plataforma atualmente está em implantação com os mandatos 2022.1 e 2022.2, nos quais estão sendo feitos testes de usabilidade, inserção das propostas e inserção de usuários. Pretende-se em 2023 que a plataforma passe a ser povoada, ou seja, pretende-se a abertura da plataforma com a possibilidade de inclusão de participantes da comunidade para interação contínua com as propostas vindouras.

Com relação à mentoria de gabinetes, por meio da parceria com a Escola do Legislativo, os estudantes passam a dialogar mais com os gabinetes e vereadores, interagindo e compreender de modo ampliado, para além da sala de aula, o legislativo. Em 2022, todos os 7 mandatos do ano de tiveram acompanhamento e suporte de um mandato no desenvolvimento das suas propostas legislativas. A mentoria consistiu no apoio técnico e pedagógico ao estudante, no processo de formação dele como um legislador, tendo o mentor o compromisso de dar retorno sobre sua proposta. Este feedback pode ser realizado por meio de acompanhamento do grupo de mensagens criado para diálogo entre o Vereador Por Um Dia ou mesmo no encontro entre Mentores e Vereadores Por Um Dia em sala de aula, agenda realizada antes da sessão ordinária.

A mentoria resultou em um salto qualitativo no processo de aprendizagem dos estudantes, bem como na inserção das propostas e temáticas dos Vereadores Por Um Dia nos mandatos legislativos. Vereadores e suas equipes de mandato vieram à universidade trazer seus desafios cotidianos no dia do feedback aos mentorados, os estudantes passaram a visitar órgãos públicos, beneficiários das políticas públicas ou afetados pelos problemas qualificando a perspectiva de legislar.

Nesse processo, incluímos também apresentações para prestar contas das atividades, aulas e diálogos com Secretário Parlamentar sobre o funcionamento e o processo legislativo da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú. A partir da ampliação e consolidação da parceria com a Câmara de Vereadores, a universidade também ocupou espaços na mídia e uma agenda contínua com a Câmara de Vereadores, via Escola do legislativo, aproximando os estudantes dos desafios locais, assim como os vereadores da universidade.

As parcerias estabelecidas com a Escola do Legislativo e o Priorize, por exemplo, possibilitam ir além dos muros da universidade. Após cinco anos do início do projeto, identificamos dois grandes desafios para o cumprimento dos objetivos de ampliar a relação democracia-universidade. Os maiores desafios estão na compreensão de que o estudante é um cidadão em ação, ou seja, ele

possui a capacidade de mudar a realidade e a universidade é um potente instrumento de transformação social. Além disso, o importante desafios de aproximar o legislativo e a universidade, qualificando projetos e olhares para e com a sociedade sobre os desafios da cidade, por meio de estudos de uma academia e um parlamento abertos.

Nesse sentido, os canais de divulgação e as plataformas podem contribuir para aproximar cidadão, indo além da disponibilização de conteúdos. Mas para além das ferramentas, as dinâmicas e a ampliação da participação dos usuários na discussão das propostas, e a contribuição da universidade com estudos e pesquisas a partir dessas demandas, podem contribuir com interações que estimulem o engajamento da população para uma reflexão democrática, crítica e cidadã no município.

INTEGRANDO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO PARA A EDUCAÇÃO POLÍTICA: A Experiência do NISP Cultura Política

As práticas aqui relatadas, partem de uma filosofia de compreensão da Universidade que, à despeito de todos os desafios já postos neste artigo, possui também campo fértil para a ação democrática. Trata-se de um espaço que, apesar das históricas dificuldades de acesso de forma inclusiva e diversa, possui a capacidade de reflexão constante sobre seus problemas e desafios, pois este é o papel da ciência. Esta experiência é relatada, portanto, numa visão constituída de três elementos fundamentais, que hoje caracterizam e dão base para a continuidade das ações: tempo, espaço e linguagem.

De forma breve, mas necessária, entendemos que o tempo tem uma compreensão diferente por diversos atores, e especialmente em se tratando da Universidade, o tempo institucional e a prática científica possuem elementos que condicionam o tempo de uma forma que, quando posto em contraste com a necessidade e muitas vezes, com a urgência da sociedade por respostas rápidas, o tempo é um fator de pressão para os atores da Universidade, limitados pela estrutura burocrática e muitas vezes pelas políticas internas e externas.

Quanto ao espaço, apesar de aqui neste artigo tratarmos de experiências em uma Universidade que se coloca como pública, gratuita e de qualidade, é comum ouvirmos da comunidade a compreensão de uma instituição fechada e distante. Isto, porque, por muito tempo, a Universidade tornou-se um espaço inacessível, como, mesmo na Universidade pública, não se constitui em espaço acolhedor

para a sociedade, quem muitas vezes passam uma vida sem acessar a estrutura física. Além disso, a Universidade quando compreendida como espaço, lugar, muitas vezes nos conecta ao terceiro meio: a linguagem.

A Universidade, a ciência, possuem linguagens e meios de se expressar muitas vezes distante ou inacessível ao grande público. É fato que o conhecimento científico tem o objetivo também em si mesmo, relativo ao desenvolvimento da ciência e de sua capacidade de reflexão e autoquestionamento, mas também precisa ter alguma utilidade social, não apenas nos efeitos (nas suas invenções ou inovações), mas também na relação, nas suas intenções. Com isto, apesar de grandes feitos, ou até mesmo de experiências exitosas – como as aqui apresentadas. Deste modo, entendemos, portanto, que a Universidade deve ser um espaço não apenas dialógico com a sociedade, mas deve ser um espaço público, em que a sociedade se entenda dentro e como parte dele.

Entre os anos de 2010 e 2016, no Curso de Administração Pública da Udesc em Florianópolis, desenvolvemos práticas de ensino e extensão a partir da disciplina Desenvolvimento Comunitário, que para aquele momento eram tanto inovadoras quanto desafiadoras. Mesmo com uma visão curricular da prática (ou seja, uma extensão que partia de uma lógica de um plano de ensino), a partir das ações com comunidades da região de Florianópolis, buscávamos estimular os alunos a compreenderem a demanda da comunidade e, com um suporte teórico, levar soluções para estas comunidades.

Nestes anos de experiências, tivemos uma relação de longo prazo com uma Associação de Moradores, onde estudantes da Universidade, de forma inédita, provocaram alunos do ensino médio daquele bairro a, com o apoio institucional da Associação, modificarem o seu estatuto, criando uma Diretoria Mirim, onde as crianças do bairro passariam a ter voz e decisão em questões da Associação. Outros trabalhos, como realização de mutirões, intervenção em escolas ou até mesmo visitas a comunidades agrícolas, fortaleceram a necessidade que tínhamos de que a sala de aula não se tornasse apenas um parlatório professoral, nem tampouco se perdesse apenas no conhecimento teórico, que importante e necessário, precisava fazer sentido para os alunos – e por quê não, para a comunidade de entorno da Universidade.

Mas, havia um grande desafio, além das conquistas: como toda disciplina, muito embora tenhamos um plano de ensino, uma das escolhas iniciais seria pela eleição, dentre a própria turma, da experiência ou das experiências práticas que seriam vivenciadas a partir do semestre, que precisariam fazer sentido para os alunos. Logo, a imersão política iniciava já no primeiro dia de aula, com uma

assembleia que definiria os rumos práticos da disciplina. Assim como um importante momento de participação e aprendizado, foi também o momento que decretou o fim da experiência, quando uma turma decidiu por “aulas convencionais e provas”. Muito embora depois viéssemos a ter uma experiência prática, aquele momento gerou uma decepção profunda na crença de que “todos gostariam de vivenciar a experiência inovadora, fora de sala de aula”.

Assim, no ano seguinte, encerrava-se o Programa de Extensão que fazia a interação com a disciplina, mas ao mesmo tempo abria-se nova oportunidade. Surge, então, por demanda de alunos, o Programa NISP Cultura Política. O NISP⁷ – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública, foi a casa que abrigara, desde o início (e ainda abriga), os Projetos destas experiências. Os alunos do curso de administração pública pediram um espaço de diálogo entre Universidade e comunidade, que abarcasse o tema política.

Naquele momento, vínhamos desenvolvendo metodologia – ainda embrionária à época – de criação de jogos para educação política e em administração pública, cujo relato completo da experiência e metodologia encontra-se em Pinheiro, Braun Neto e Gonsalves (2021), buscando parcerias com a Câmara Municipal de Florianópolis (que se tornou infrutífera, por questões burocráticas) e promovendo eventos com o objetivo de promover a educação política. Com a crença e conteúdo trazidos a partir da corrente teórica da Cultura Política (Almond; Verba, 1963; 2015; Peschard, 1994), passamos também, aos poucos, com a atração de alunos da graduação e, posteriormente, da pós-graduação em administração, a desenvolver e consolidar pesquisa, com publicações na área, até a criação de uma disciplina eletiva no mesmo curso de pós-graduação, com o tema Cultura Política.

Mas, foi ainda no início que estabelecemos uma filosofia participativa para o programa. Não apenas considerando a demanda dos alunos, mas para se firmar como extensão, convidamos aqueles que faziam parte de organizações em que os temas da política e democracia fizessem sentido, a se juntar para pensarmos o programa. O programa como extensão iniciou de fato com uma reunião aberta, com aproximadamente 15 pessoas, para o planejamento das atividades e desenho de processos de base. Foi criado um modelo de gestão por células de trabalho, com adesão de voluntários e parceiros em ações de interesse. A primeira formalização institucional deu-se com a assinatura do convênio com o Instituto Politize!, trazendo, em seguida, a promoção do “Embaixadores Politize!”, programa de

7 Site institucional: blogdonisp.com.br

formação de multiplicadores em educação política, com uma edição regional sendo realizada nas instalações da Udesc Esag. Em 2020, em aproximação com a Controladoria Geral do Estado de Goiás, participamos como parceiros da experiência em um programa de Educação Cívica em Goiás naquele local, chamado Embaixadores da Cidadania. Este último, realizado de forma digital, nos deu não apenas visibilidade, mas possibilidade de inserção estadual de nosso programa de extensão. Estas práticas foram dando corpo e credibilidade às nossas ações e nos tornando conhecidos. Com as parcerias, os desafios relativos ao tempo foram minimizados, tornando-se possível responder a algumas das demandas da comunidade, em tempo real.

Nestes anos, também, o Programa evoluiu. Hoje, como extensão, leva o nome de Programa de Extensão em Educação e Cultura Política, enfatizando o caráter educador, já que boa parte de nossas ações passou, também, por um processo de adequar a nossa linguagem para tornar o conhecimento advindo das pesquisas, em algo de rápida absorção. Com isso, ocupamos importante espaço na mídia local, chegando a ter programa ao vivo por alguns meses, toda segunda-feira, em uma Rádio na cidade de Criciúma, no sul do estado de Santa Catarina. Além disso, nos momentos críticos da vida política, como eleições ou fatos marcantes, passamos a ser procurados pela imprensa, justamente pelo caráter de produção de um diálogo fácil e profissional sobre a política e seus temas. A linguagem científica, portanto, é mantida para a produção especializada, mas conseguimos levar o mesmo conteúdo, para outros espaços, sem perder a qualidade.

E como experiência de interação com o ensino, o Programa se consolidou a partir da metodologia de criação de Jogos para a Educação Política, o que avança para a interação com a pesquisa. Muito embora já tenhamos especificado que há uma publicação sobre a metodologia e sua história, vale ressaltar que ela tem sido de grande valia em relação aos três desafios postos, no início do relato desta experiência, além de abarcar as três dimensões da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Com isto, além de tornarmos o espaço de sala de aula um espaço de diálogo e produção do conhecimento, como deve ser, também trazemos a experiência e a possibilidade de os alunos se tornarem protagonistas, ao serem estimulados a desenvolver jogos, a partir do material teórico ou de temas relativos à política. O importante, está na compreensão de um trabalho que faça sentido para a educação política de determinado público, escolhido por eles. Temos observado que, ao longo dos anos, é uma experiência não apenas de ludicidade no aprendizado, mas que possibilita os estudantes desenvolverem um senso crítico, ao se colocarem no papel de produtores – e não apenas receptores – de um processo de

educação. Além disso, buscamos na pesquisa (em artigos, livros e outros materiais) o suporte para esta ação. Pela extensão, o Programa oferta a metodologia para outras instituições. Em 2020 finalizamos a nossa primeira oficina, e somente após a pandemia (2022) retornamos aos jogos em sala de aula, e agora, em 2023 pretendemos retomar o processo de difusão da metodologia para outros atores, já com parceiros dialogando para fazer em instituições da rede pública, e outras que se interessarem.

Além disso, vale ressaltar que, ao longo dos anos, todo o processo que passamos, todas as experiências, fizeram também com que criássemos mecanismos de divulgação e diálogo com o público, utilizando hoje especialmente o Instagram. Mas, com a pandemia e a migração, por dois anos, da Universidade para os espaços virtuais, passamos a produzir também eventos com transmissão ao vivo e mantendo as gravações em um canal do YouTube. Assim, cobrimos a guarda do conhecimento e dos diálogos produzidos, alcançando o público de forma constante, até mesmo aquele que procura certo conhecimento, mas ao invés de acessar a Universidade, fisicamente, se dirige ao universo virtual, onde encontra seu lugar de conforto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, discutimos o papel da Universidade como espaço democrático e lugar de discussão da política em sentido amplo. Partimos, exatamente, da compreensão e reflexão acerca das críticas que a Universidade e a ciência recebem, especialmente em se tratando de posicionamento político. Muito embora tenha se percebido nas experiências o caráter de inovação para a educação política, em nenhum momento houve, sequer, menção a posições ideológicas ou a necessidade de combater as próprias críticas, sobre as quais refletimos.

Expusemos, ainda, a construção de uma Universidade desigual, que muitas vezes não consegue incluir a todos, ou no seu aparato normativo e burocrático, estabelece um limite e uma diferença clara entre seus participantes. Ao olhar para os relatos, percebemos que é possível protagonizar ações que façam sentido tanto para a comunidade quanto para a Universidade, respeitando tanto o aspecto normativo e as exigências curriculares, como também, inserindo alunos e professores na ação junto às comunidades.

É fato que a sociedade precisa entender o papel da Universidade e a possibilidade de construção de valores democráticos a partir dela. Mais ainda, a Universidade precisa se apresentar para a sociedade, como instituição basilar da democracia. A ciência tem um papel político, inclusive, com sua capacidade de

promover uma maior igualdade e a compreensão de mundo, a partir de seu próprio conhecimento e capacidade de reflexão. Porém, é preciso que as iniciativas, de fato, estimulem a participação e encontrem a adequada forma de estabelecer o diálogo com a sociedade, e não esperar que os feitos e conquistas de mérito acadêmico, tenham por si só um efeito na sua imagem, criando respeitabilidade imaginária perante a população.

Do ponto de vista da educação política e cívica, percebe-se pelas experiências apresentadas o poder de impacto que ações, muitas vezes de baixa complexidade, podem ter junto aos diferentes públicos com os quais a Universidade se relaciona. O caráter imersivo da experiência do Vereador por Um Dia, ou o desenho participativo e interativo das ações e práticas relatadas do NISP Cultura Política, consistem em um passo para uma aproximação da Universidade com a sociedade, que possibilite a construção de valores democráticos.

Entendemos a experiência simulada da vereança permite uma reflexão diferenciada sobre a política na cidade para diversos atores, e permite impactar vida e carreira do estudante. Do mesmo modo, aqueles estudantes que atuaram na promoção da educação política, por meio dos jogos ou da criação de conteúdo político em linguagem simples, carregarão consigo a importância do seu papel em educar a sua sociedade sobre a democracia. Tudo isto, a partir de uma Universidade, que sabe que precisa ser aberta, acessível, tomar um tempo que reconheça as urgências da sociedade e, sobretudo, que possa dialogar de forma que as pessoas possam compreender, em sua própria língua, o valor que a Universidade tem em produzir um ambiente político melhor e mais saudável.

Os relatos permitem avançar na reflexão sobre a abertura da universidade, evidenciando a contribuição da tríade ensino-pesquisa-extensão. Como desafios, cabe também uma reflexão implicada sobre: i) como essas experiências ajudam a enfrentar a crise de representatividade e legitimidade vivenciada em nossas realidades no caso do ‘Vereador por um dia’ e pluralizar atores e processos para que a própria experiência formativa seja de um parlamento aberto, que se engaja com as questões da cidade?; ii) como mobilizar os próprios estudantes em uma formação que vá além das aulas expositivas e seja implicada com a realidade, frente aos desafios vivenciados pelos estudantes-trabalhadores em suas agendas, para as quais muitas vezes atividades externas esbarram em dificuldades financeiras e, ao mesmo tempo, não existem “gabaritos” de respostas e, por isso, implicam envolvimento ainda maior como relatado na experiência da disciplina de Desenvolvimento Comunitário?; iii) como aprimorar a comunicação científica sem reduzir em seu conteúdo e ampliando a capilaridade e o diálogo com a

mídia e com a própria comunidade (cidadãos e gestores), que amplie ainda mais a abertura da universidade para o diálogo (não apenas para a transmissão) que identificamos na experiência do NISP Cultura Política e das legislaturas como vimos no Vereador Por Um dia?

Os relatos que trouxemos, então, servem como ponto de partida para a reflexão sobre universidade-democracia a partir de experiências concretas, não como “os exemplos”, mas sim como possibilidades que se abrem, assim como tantas outras desenvolvidas no seio da Universidade. A própria escrita dos casos nos trouxe a possibilidade de refletir sobre os valores que estão postos, os atores que estão envolvidos e engajados (assim como os que estão fora) e sobre o desenho e a dinâmica. Ao dialogarmos sobre uma perspectiva de democracia por meio da ação é que apontamos que a dinâmica das experiências importa, de que os caminhos devem ser feitos e trilhados com os atores de modo cada vez mais plural e, que esse processo, como identificado nos casos exige um amadurecimento com relação à própria linguagem.

Por fim, apontamos como dimensões de análise para pesquisas futuras nessas e noutras experiências: quais atores e como pluralizar e integrá-los?; quais os desafios e mediações na/pela linguagem?; como relações e dinâmicas permitem e espriam valores democráticos e os ressignificam?; que universidade para que democracia queremos?. Sobretudo, destacamos que a contribuição da universidade para a democracia vai além da tríade, como apresentado aqui por meio de alguns, o que significa apenas um esforço de reflexão sobre as práticas administrativas, e passa, portanto, pela abertura e reflexão sobre a gestão e os espaços de decisão na burocracia acadêmica.

Referências Bibliográficas

- ALMOND, G. A. Verba, S. **The Civic Culture**. Princeton University Press, 1963.
- ALMOND, G. A. Verba, S. **The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations**. Princeton university press, 2015.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BRANCO, Maria Luísa. O sentido da educação democrática: revisitando o conceito de experiência educativa em John Dewey. **Educação e Pesquisa** [online]. v. 36, n. 2 [Acessado 11 novembro 2022], pp. 599-610. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000200012>>, 2010.
- BUARQUE, Cristovam. Universidade e democracia. **Revista USP**, n. 78, p. 68-77, 2008.

COSTA, J.B.; TORRES, A.R.; BURITY, M.H.; CAMINO, L. Universidade: espaço institucional para o desenvolvimento político. **Revista Temas em Psicologia**, n. 2, p 17-35, 1994.

DEWEY, John. **Experiencia e educação**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista** [online]. v. 34, n. 71 [Acessado 11 outubro 2022], pp. 299-307. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.62654>>, 2018.

GIROUX, Henry. Ensino superior, para quê?. **Educar em Revista**. v. 37, p. 25-38, 2010.

PANIZZI, Wrana Maria. A autonomia e a democracia na universidade e seus dilemas. **Revista Práticas de Administração Pública**. v. 2, n. 2, p. 70-80, 2018.

PESCHARD, J. **La cultura política democrática**. México DF: Instituto Federal Electoral, 1994.

PINHEIRO, D. M.; BRAUN NETO, J.; GONSALVES, A. In: TEIXEIRA, C. S. et al. (Org.). **Educação fora da caixa 6: tendências internacionais e perspectivas sobre inovação na educação**. Florianópolis, SC: Trem da Ilha Serviços Editoriais e Computacionais, 2021.

SANTOS, Alexsandro; DANTAS, Humberto. Apresentação – Desafios atuais da educação política no Brasil. **Revista Parlamento e Sociedade**. v. 9, n. 17, p. 11-13, 2021.

SCHMIDT, Ireneu Aloisio. John Dewey e a educação para uma sociedade democrática. **Revista Contexto & Educação**, v. 24, n. 82, p. 135-154, 2009.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, Universidade e Ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa. Da ideia de universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 27/28, p. 11-62, 1989.

UDESC. **Professor da Udesc Cria Metodologia para Ensinar Sobre o Poder Legislativo a Alunos de Administração Pública**. Disponível em: <https://www.udesc.br/noticia/professor_da_udesc_cria_metodologia_para_ensinar_sobre_o_poder_legislativo_a_alunos_de_administracao_publica>. Acesso em 12/12/2022.